

Senado aprova reajuste parcelado em duas vezes

> **Reestruturação da carreira docente até 2019 também foi decidida**

SILVANA SÁ

silvana@adufjrj.org.br

O Senado aprovou os reajustes salariais para os servidores da educação, aí incluídos os professores do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O aumento linear de 5,5% entrará em vigor no contracheque de setembro, referente ao salário de agosto. Em fevereiro de 2017, há mais 5% de reposição.

Há a previsão, ainda, da reestruturação das carreiras docentes em três etapas: agosto de 2017, 2018 e 2019. O objetivo é minimizar as distorções causadas com a aprovação da Lei 12.772/2012.

Os percentuais e a reestruturação foram acordados entre as categorias da educação e o governo de Dilma Rousseff no fim do ano passado. O texto segue para sanção do presidente interino, Michel Temer.

O Andes – Sindicato Nacional criticou severamente o projeto aprovado,

apontando que ele não repõe as perdas inflacionárias e desestrutura a carreira. Com as mudanças, até o final de 2019, os *steps* entre níveis ficarão constantes e a retribuição por titulação passará a ser proporcional ao vencimento básico, com valorização do doutorado.

Também haverá percentuais fixos entre os regimes de trabalho de 20 horas, 40 horas e dedicação exclusiva, nos seguintes parâmetros: o valor do vencimento básico do regime de 40 horas será 40% superior ao de 20 horas. O vencimento básico da Dedicação Exclusiva será o dobro do VB de 20 horas.

O período de vigência do reajuste do VB é de 2016 e 2017, possibilitando a negociação de novo reajuste em 2017 para vigência em 2018. E os ganhos percentuais obtidos com a reestruturação serão adicionais em relação ao reajuste de 10,8% (somados os aumentos deste e do próximo ano) no VB.

O projeto cria mecanismos para assegurar a isonomia entre docentes do

Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

O projeto aprovado é o PLC 34/2016, antigo PL 4251/2015. Confira, em <http://goo.gl/SuJmOy>, as tabelas salariais dos professores em 2019, sem contar com nenhum novo aumento no intervalo a partir de 2018.

APROVADA URGÊNCIA DO PLP 257/2016

Ao mesmo tempo em que diversas categorias recebem aumentos, passa a tramitar na Câmara em regime de urgência o PLP 257/2016. O projeto repactua as dívidas dos estados com a União e prevê desligamento de servidores públicos e congelamento de salários. Também propõe o aumento do percentual de contribuição para a previdência dos servidores estaduais como contrapartida para a renegociação da dívida de cada ente da federação. Apesar do regime de urgência, o líder do governo, André Moura (PSC-SE), informou que o projeto só deverá ser votado em agosto.

**Não falte!
Assembleia discute
limite de gastos na
Educação Pública**

A próxima Assembleia da Adufrj será em 26 de julho e discutirá a mobilização contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 241. A medida foi encaminhada ao Congresso pelo governo interino e implementa um teto de gastos públicos pelos próximos 20 anos. Se aprovada, será devastadora para a Educação Pública.

HORÁRIO
12h30 às 16h

LOCAL

A reunião será realizada simultaneamente na Sala A327, Bloco A, 3º andar, Centro de Tecnologia; e no Salão Nobre do IFCS.

Tecnologia de videoconferência vai ligar os dois locais.



PRECARIEDADE PARA TODOS OS LADOS Na sequência, ateliê de pintura improvisado no antigo ginásio da FAU; pintura descacada; e materiais mal acondicionados

Arte sem obra

> Escola de Belas Artes completa 200 anos com instalações precárias

SILVANA SÁ

silvana@adufRJ.org.br

Prestes a completar 200 anos, em agosto, a Escola de Belas Artes ainda não tem prédio próprio. O curso mais antigo da UFRJ funciona em instalações improvisadas, emprestadas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no prédio da reitoria, desde que se mudou para a Cidade Universitária, na década de 1970.

Os laboratórios de pintura e gravura são constantemente infestados por cupins que corroem mesas, cadeiras, cavaletes e atacam também os trabalhos dos estudantes. Quando chove, há goteiras por todo o ateliê de pintura. No curso de Escultura, faltam espaço e sistema de

exaustão para quem trabalha com resina. Os cursos não possuem sistema de refrigeração e, menos ainda, de controle de umidade para o armazenamento das obras. Os professores não possuem salas ou laboratórios próprios para pesquisa. A iluminação é precária.

“Temos carência de espaço para as diversas disciplinas. No caso do curso de Artes Visuais com ênfase em Escultura, precisamos de um amplo espaço para trabalharmos as obras em três dimensões. Aqui, fazemos adaptações, mas não é o ideal”, reclama o professor Nivaldo Rodrigues, docente da UFRJ desde 1999.

O curso de gravura funciona em salas improvisadas com divisórias no mezanino do antigo ginásio da FAU e que hoje abriga o ateliê de pintura da

EBA. “Não há acústica, nem sistema de refrigeração. Já houve caso de um professor desmaiar de calor no verão. É difícil conseguir materiais, dos básicos aos mais complexos”, revela o professor Licius Bossolan. Também falta pessoal docente e técnico-administrativo.

PRÉDIO INVISÍVEL

O prédio prometido em 2009 para a EBA até hoje não foi construído. A empresa que venceu a licitação, Lytoranea Ltda., deveria ter terminado a obra em 2011. A demora na entrega do projeto executivo fez com que a universidade acusasse a empresa de “inexecução contratual”. Depois, a construtora entrou na Justiça contra a UFRJ e a obra está embargada desde então.

Escola sem Partido ou Lei da Mordança?

> Frente Nacional é lançada no IFCS contra projeto que limita papel dos educadores na formação dos alunos

“Sou professora da periferia da Zona Oeste há 28 anos. É um lugar excluído da cidade, onde não há hospitais, saúde, praças, nada. Se meus alunos não puderem debater essas questões no espaço da escola, onde mais eles vão?”, questiona Rosilene Almeida, diretora do Sindicato dos Profissionais da Educação do Rio. A preocupação dela é com o programa “Escola Sem Partido” que, sob o pretexto de pregar o fim do que nomeia de “doutrinação ideológica” nas salas de aula, cria uma espécie de “Lei da Mordança” para os educadores.

Rosilene foi uma das centenas de pessoas que compareceram ao lançamento da Frente Nacional contra o projeto Escola Sem Partido, dia 13 de julho, no IFCS.

Tatiana Roque, presidente da Adufrj, também participou da atividade. Ela enfatizou que, para além do ataque à liberdade de expressão, o “Escola Sem Partido” é uma disputa de narrativa sobre o papel da educação: “O Escola Sem Partido traz uma concepção de educação na qual o papel do ensino sobre questões éticas e políticas deve ser da família. Logo se esvazia a escola de seu papel social, de refletir e construir uma sociedade mais justa”, analisou. “E nosso papel é dialogar com a sociedade para mostrar que esse modelo de educação é melhor para todos”, completou.

VEJA MATÉRIA COMPLETA EM:
www.adufRJ.com.br